



***MULHERES DE POVOS TRADICIONAIS, MULHERES NEGRAS E
EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS E AUTORIAS***

MUJERES DE PERSONAS TRADICIONALES, MUJERES NEGRAS Y

EDUCACIÓN: DIÁLOGOS Y AUTORES

WOMEN OF TRADITIONAL PEOPLE, BLACK WOMEN AND EDUCATION:

DIALOGUES AND AUTHORS

Georgina Helena Lima Nunes¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar e refletir as discussões decorrentes de trabalhos acadêmicos apresentados no IV Seminário das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e Cidades, especificamente no Simpósio Temático denominado Mulheres de Povos Tradicionais, Mulheres negras e Educação do qual a autora foi uma das coordenadoras. As propostas apresentadas interseccionaram questões de gênero, raça-etnia e classe social e deixaram perspectivas de sistematização de lutas emancipatórias femininas que se constituem, na verdade, em paradigmas políticos e epistemológicos situados na pluralidade de experiências conjugadas no âmbito da universidade, movimentos sociais e territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Território. Educação. Epistemologias.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar y reflejar las discusiones que surgen de los trabajos académicos presentados en el IV Seminario de Mujeres, Aguas, Bosques y Ciudades Rurales, específicamente en el Simposio temático llamado Mujeres de pueblos tradicionales, mujeres negras y educación, del cual fue autora de los coordinadores. Las propuestas presentaron cuestiones interseccionadas de género, etnia racial y clase social y dejaron perspectivas para la sistematización de las luchas emancipadoras femininas

¹ Doutora em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

que constituyen, de hecho, paradigmas políticos y epistemológicos situados en la pluralidad de experiencias combinadas dentro de la universidad, los movimientos sociales y los territorios.

PALABRAS CLAVE: Mujeres. Territorio Educación. Epistemologías

ABSTRACT

This article aims to present and reflect the discussions arising from academic papers presented at the IV Seminar of Rural Women, Waters, Forests and Cities, specifically at the Thematic Symposium called Women of Traditional Peoples, Black Women and Education of which the author was a of the coordinators. The proposals presented intersected issues of gender, race-ethnicity and social class and left perspectives for the systematization of female emancipatory struggles that constitute, in fact, political and epistemological paradigms situated in the plurality of experiences combined within the university, social movements and territories.

KEYWORDS: Women. Territory. Education. Epistemologies

* * *

Esta reflexão é resultante de minha participação no IV Seminário das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e Cidades na condição de uma das coordenadoras do Simpósio Temático denominado Mulheres de Povos Tradicionais, Mulheres Negras e Educação. Tal Seminário foi realizado em São Lourenço do Sul, de 12 a 15 de junho de 2019, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e reuniu, nesses três dias, um vasto contingente de pessoas que, nas mais diversas perspectivas, discutiram sobre os movimentos de luta dos femininos plurais pertencentes aos chamados povos tradicionais².

O simpósio reuniu pesquisadores/as, estudantes e ativistas que discorreram sobre temáticas que articulavam a vida das mulheres a seus territórios, o que, em certa medida, se constitui um corpo único, corpo de *mulher-território*, que, por vezes,

[...] parecem ser extensão da natureza numa relação com a terra, que não é força de trabalho e, sim, de força de diálogo. Esta força/diálogo também é trabalho, mas de outra natureza. O tempo espaço de/para a vida é outro; dialoga, sim, com os tempos das cidades, mas, se o relógio é o tempo da modernidade, o tempo da tradição o retarda, contraditoriamente, sem atrasá-lo [...] (NUNES, 2014, p. 197).

2 Segundo o Decreto Federal n. 6040 de 2017, Povos e Comunidades Tradicionais são definidos como “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

Quando me refiro à natureza, refiro-me à vasta significação que a diversidade humana a ela confere; um trato cultural que, para além da sustentabilidade material, religa homens e mulheres a patamares de existência mentais e espirituais incompatíveis com as racionalidades com que o sistema-mundo colonial opera (QUIJANO, 2010). Nesse sistema, os corpos, no limite, recebem o atributo de mercadoria que

[...] enquanto corpo-objeto ou objeto-corpo, possui uma forma. É também uma substância potencial. Essa substância, que gera seu valor, deriva de sua energia física. É a sua substância trabalho [...]. Desse ponto de vista, uma matéria energética. Essa é a sua primeira porta de entrada no processo de troca. (MBEMBE, 2018, p. 145).

As mulheres do campo, das águas, das florestas e cidades estiveram presentes nesses dias de seminário, majoritariamente, a partir das suas lutas atreladas à sua classe social, etnia/raça e hierarquias daí decorrentes: hierarquias sociais, raciais e sexuais que se consolidam a partir de projetos de dominação, exclusão e, se necessário for, extermínio.

Todavia, a cada especificidade de ser mulher, eclodiu uma força de resistir na medida em que suas diferenças apontam, também, para uma multiplicidade de jeitos de combater opressões. É um projeto ético-emancipatório, que questiona as estruturas de poder alojadas naquilo que se sintetiza como patriarcado.

Na concepção de Galindo (s. d., p. 92)

[...] el patriarcado no es la discriminación de las mujeres, sino la construcción de todas las jerarquias sociales, superpuestas unas sobre otras y fundadas en privilegios masculinos. Cuando hablamos de patriarcado, estamos hablando de la base donde se sustentan todas las opresiones; es un conjunto complejo de jerarquias sociales expresadas en relaciones economicas, culturales, religiosas, militares, simbólicas cotidianas e históricas.

Frente às opressões, as temáticas foram se diferenciando em modos de escritas, de falas, gestualidades e emoções que se constituíram senão em um conjunto de estratégias sistematicamente organizadas, com potentes experiências, que, a seu tempo e modo, produzirão efeitos sobre estruturas de poder que ora se fragilizam, ora se reorganizam.

Microrresistências somam-se e agigantam-se, por isso, esse Seminário, ao reunir mulheres negras, quilombolas, indígenas, pescadoras e de todos os lugares, apresentou

produções acadêmicas cujas autorias, na maioria das vezes, as tinham como sujeitas da reflexão. Nesse sentido, epistemologias outras emergem em um contexto em que

[...] precisamos hoje reinvocar aquele ‘nós’ que incluiria todos os grupos que são alvo de formas de opressão baseadas na identidade. Também precisamos considerar sobre quais fundamentos intelectuais e políticos podemos responsabilmente basear nossas alianças e formular uma vez mais uma agenda unificada plausível para o trabalho acadêmico. (ALCOFF, 2016, p. 14).

Os trabalhos acadêmicos foram propositivos de novos modos de conhecer, interpretar e reivindicar direitos sociais e políticos para aquelas mulheres cuja colonialidade do ser, saber e poder, compreendida por Quijano (2010) como as permanências, os efeitos duradouros do colonialismo em sociedades ditas *libertas* ainda incide violentamente sobre seus corpos. Como contraponto, vislumbram epistemologias decoloniais que apontam para científicidades “[...] referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana [...]” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 29).

As mulheres presentes nas produções, as mulheres que as construíram, pelo viés político conferido à reflexão, se aproximam identitariamente e se distanciam frente às singularidades de suas pertencas étnicas e raciais. Todavia, a tentativa de construção de epistemologias decoloniais se ancora no fato de que

[...] o projeto de decolonização epistemológica (e a mudança da geografia da razão) requer que prestemos atenção à identidade social não simplesmente para mostrar como o colonialismo tem, em alguns casos, criado identidades, mas também para mostrar como têm sido silenciadas e desautorizadas epistemicamente algumas formas de identidade enquanto outras têm sido fortalecidas. Assim, o projeto de decolonização epistemológica presume a importância epistêmica da identidade porque entende que experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento. (ALCOFF, 2016, p. 08).

O território dos povos originários foi trazido na profundidade de sua cosmologia, em que “[...] a suavidade e força das ñengary³ para *Ñhaderu Tupã*” revitaliza povos para os ataques diários e, muitas vezes, genocida de suas reservas. As rezas, no seu aparente paradoxo entre *força e suavidade*, são resistências que religam mundos, evocam a

3 Excerto extraído do trabalho, apresentado no simpósio, *A Resistência Kaiowá no Mato Grosso do Sul*, de autoria de Kuawá Apurinã/Apurinã/Maria de Fátima N. Urruth e Jorge Eremites de Oliveira.

deidade indígena que, na atualidade, também, disputa espaços com a colonização alicerçada no discurso cristão, que, na concepção de Grosfoguel (2016), se configurou como um protorracismo de cunho religioso no século XVI.

As *mulheres guerreiras*, nomeação conferida pela/o pesquisador/a, é uma nomeação que confere sentido às lutas anticoloniais e machistas enfrentadas por mulheres indígenas. Tal designação se justifica, segundo a autora, pelo fato de o termo *feminista*, segundo a/o autora/a, e não o sentido da luta apreendido pelas feministas, não abarcar a totalidade das mulheres não brancas. Em suma, *feminismo* seria um modo generalizante frente à multiplicidade de formas pelas quais mulheres, indígenas ou não, lutam.

Cabe ressaltar que tal discussão não é localizada. Para Santos, Leme e Vilas (2011), as linhas epistêmicas entre *norte* e *sul* produzem pensamentos abissais, impossíveis como copresença, o que, em certa medida, desencadeia epistemicídio (GROSFOGUEL, 2016) ou alterocídios (MBEMBE, 2018). Miñoso (2012, p. 318), igualmente, referenda a necessidade de que sejam observadas possíveis “violências epistêmicas” contra as mulheres do terceiro mundo, condição que, em sua concepção, pode ser dupla:

La mujer del tercer mundo queda atrapada doblemente por la colonización discursiva del feminismo de occidente que construye a la ‘Otra’ monolítica de América Latina, y por la práctica discursiva de las feministas del Sur, quienes, estableciendo una distancia con ella y, al mismo tiempo, manteniendo una continuidad con la matriz de privilegio colonial, la constituye en la otra de la otra.

A convergência, entre diferentes pontos de vista sobre o modo como as mulheres engendram as suas lutas, também encontra espaço nas mulheres quilombolas e não quilombolas. São pesquisadoras que tematizaram o simpósio ao trazer questões, tanto na ordem subjetiva como objetiva, elementos que são fundamentais à sustentabilidade do território.

Um grupo de pesquisadoras apresentou uma pesquisa que analisa a forma como “ocorre o processo de efetivação das Políticas Públicas voltadas às mulheres quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul”⁴. Tal pesquisa envolveu um número de 12 comunidades e revelou em suas análises que o racismo institucional incide sobre

4 Excerto extraído do trabalho, submetido ao simpósio, intitulado *Mulheres Quilombolas e Políticas Públicas: um estudo sobre o racismo institucional*, de autoria de Patrícia Krieger Grossi, Simone Barros de Oliveira, Ana Caroline dos Santos Ferreira e Eliane Moreira de Almeida.

questões relativas à saúde, educação, política de regularização fundiária e demais serviços para a população quilombola.

Tal racismo, o institucional, reporta-se à maneira como “[...] as instituições atuam na formulação de regras e imposição de padrões que atribuem *privilégios* aos brancos ou a grupos raciais específicos” (ALMEIDA, 2018, p. 35). Ainda assim, as autoras do trabalho ressaltam o protagonismo de mulheres negras quilombolas, de diferentes gerações, que assumem papéis distintos e fundamentais para a preservação e renovação do território. Memória, oralidade e outras dimensões fundantes na vida em quilombos engendram epistemologias não reconhecidas como movimento social, que reivindica a terra como espaço plural (SOUZA; NUNES; MELO, 2016).

Ainda referente aos quilombos do sul do Rio Grande do Sul, foram trazidas experiências de estudantes quilombolas que se reinserem nas suas comunidades analisando vivências que se agregam ao seu ingresso na universidade, redimensionando experiências tanto na prática de estágio de docência, como na prática de pesquisa.

São as dimensões subjetivas e objetivas da vida em quilombos que se direcionam à sustentabilidade local, por intermédio da troca de saberes em relação ao cultivo de hortas, alimentação considerada saudável e práticas outras de criação de galinhas. Tais temas incidem como ação e reflexão (práxis) na esfera das relações sociais, estabelecidas no contexto de sociedades capitalistas, racistas e machistas, que se tornam assuntos tão difíceis de serem enfrentados para além das vivências e que, se percebidas, são negligenciadas e, por tais motivos, necessitam de um trato pedagógico diferenciado.

No que diz respeito à experiência de estágios que resultou em uma elaboração didático-pedagógica para abordar práticas culturais no trato da alimentação, plantio e cuidado de animais, pode-se considerar que esses temas, ao terem emergido de um diálogo a partir das necessidades comunitárias, consideram

[...] seus processos de construção de identidade étnica, em relação às formas como produzem a vida na mediação com o contexto que o cerca, ressignificando sua cultura, uma vez que, diariamente, desafios – de sobrevivência – lhe são impostos, sem, contudo, descaracterizar aquilo que os torna verdadeiros herdeiros de homens e mulheres que positivam suas experiências através de pedagogias cotidianas que podem oportunizar à escola uma revisão de suas pedagogias padrões. (NUNES, 2016, p. 163).

5 Referente ao trabalho, submetido ao simpósio, intitulado *Estudantes Quilombola Retornando à Comunidade para Troca de Vivências na Perspectiva da Educação Popular*, de autoria de Ornesina Sant’Ana, Adriana da Silva Ferreira, Maria Odete e Rosa Pereira.

Positivar experiências é o contraponto a históricas formas de opressão determinadas por práticas preconceituosas e discriminantes que atingem a população negra e quilombola. Viver, muitas vezes, tais condições implica a submissão a determinadas exigências que subentende que

[...] O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse. (FANON, 2008, p. 107).

Sublevar autoestima, autoimagem, é encontrar mecanismos que potencializem falas e escutas, atentas a si e a outros/as que, muitas vezes, percebem-se únicos frente a situações indesejáveis. Com a estratégia de construção⁶ de bonecas negras, criaram-se espaços propícios para trocas de saberes que são viveres. O cortar, costurar, criar e dar vida a artefatos, em certa medida, imprimem em *coisas* sentidos estéticos capazes de dar vida às suas próprias existências; o poder da criação produz histórias resistentemente femininas:

Quando eu penso nas mulheres que ficaram porque preparavam a hora de fugirem para o quilombo, lembro sempre de duas. Elas costumavam trabalhar noite adentro, no interior de uma casa apertada. Bom, casa mesmo aquilo não era. Era um depósito, um barracão trancado, uma gaiola de paredes tampadas: uma senzala. **Eram duras as duas e era assim que conseguiam viver: duravam**⁷. Desde meninas foram forçadas a fazer todo tipo de serviço de fio e de agulha. Serviço de fiar, de tecer, de costurar, de bordar, de rendar. Serviço de plantação também, de roça e de colheita, e o mais pesado de todos: o serviço de garimpos. (SANTOS; LEME; VILAS, 2006, p. 14).

As mulheres negras, historicamente disseram não (LAUDERDALE GRAHAM, 2002), embora imersas em regimes reais e/ou metafóricos de escravidão: “duravam”! Uma, duas ou qualquer que seja o número de mulheres reunidas, mutuamente, podem se fortalecer:

6 Referente ao trabalho, submetido ao simpósio, intitulado *Quilombos que Transformam Jeitos do Pensar Vidas no Campo Através de Rodas de Conversa e Confecção de Bonecas Negras*, de autoria de Adriana da Silva Ferreira, Ornesina Sant’ Ana e Graziela Rinaldi da Rosa.

7 Grifo meu.

– De noite eles não vem... – dizia a Mulher dos Fios, seca e segura, dando nó atrás de outro, rodopiando os fios com as mãos e envolvendo ao redor do braço. Ensinava o fio a ser dócil ao desenho do molde: se o fio não seguisse o desenho, não tinha renda no final do dia, e se não tivesse renda no final do dia... [...]. O desenho desse molde guardava segredos, mapas escondidos, caminhos marcados. Elas tramavam na vigília, tramavam e cantavam com a voz e o novelo. [...] Era assim que uma dava força à outra. Tramavam para ser livres na fiação, voz na cantoria e os corações lá no alto, no pé da serra, entre as três nascentes [...] Sendo trabalhadeiras, ninguém desconfiaria, e desse jeito, elas burlavam os vigias, os olhos de rapina dos capatazes. (SANTOS; LEME; VILAS, 2006, p. 15).

O trabalho humano, de qualquer natureza, como relação social, incita a reflexões que questionam sociedades hierarquizadas tanto na dimensão racial quanto sexual. As relações de trabalho no contexto do capital operam, também, na distinção das forças de trabalho valendo-se dos filtros produzidos pela masculinidade hegemônica, por isso, às mulheres resta um lugar subalterno que não escapa mesmo em situações familiares. Desse modo, do município de São Lourenço do Sul, do espaço da pesca artesanal, uma pesquisa levanta questões importantíssimas acerca da forma como os diferentes papéis sexuais se manifestam no interior dessa prática.

As autoras discorrem sobre questões que evocam a memória das entrevistadas e concluem que todas, desde a infância, crescem às voltas com a cultura do pescado. Ao contraírem matrimônio, as atividades exacerbam-se e se destaca, cada vez mais, o desprestígio pelas atividades femininas, ainda que estas pescadoras, praticamente, executem muito além das funções pesqueiras no barco; cuidem do pós-pesca, ou seja, da limpeza e comercialização dos produtos. Mulheres pescadoras, de diferentes gerações, ente 27 a 69 anos, reconhecem a baixa valorização comercial da pesca artesanal, ressaltam algumas conquistas trabalhistas, mas, ainda assim, para além das questões atinentes à desvalorização sexual do trabalho, fazem críticas à desvalorização do trabalho como um todo.

A pesca artesanal, possivelmente, deixará de ser uma herança familiar à medida que as gerações futuras sejam estimuladas a romper esse ciclo cultural-histórico e produtivo frente à exploração a que estão assujeitados/as na lógica egoística imposta pelas grandes indústrias do pecado. A ameaça de destruição à pesca familiar encontrará resistências e, possivelmente, estas encontrem nas estratégias femininas as bases

8 Referente ao trabalho, submetido ao simpósio, intitulado *Pérolas da Lagoa: as mulheres na pesca artesanal em São Lourenço do Sul/RS*, de autoria de Tais Mendes Alves, Elieti Aranha dos Santos e Graziela Rinaldi da Rosa.

políticas para uma organização que questione as relações internas e externas à pesca, ou seja, a cadeia de desigualdades que circulam desde as assimetrias de gênero até as assimetrias econômicas entre quem pesca e quem usufrui, majoritariamente, das vantagens.

Nessa trama de dificuldades e tentativas resistentes de supressão das mesmas, outra apresentação do Seminário referente⁹ às mulheres negras diz respeito ao atendimento destas no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) do município de Pelotas. Em um estudo exploratório, a autora veicula o adoecimento das mulheres negras ao racismo e ressalta, igualmente, a presença do racismo institucional dos serviços de saúde, que negligenciam o racismo nas práticas educativas e demais rotinas de atendimento. Frente a tais questionamentos, ainda assim, as mulheres protagonizam seus direitos à saúde pública na medida em que

[...] estas têm estado na vanguarda dos esforços para chamar a atenção para o impacto da discriminação racial e da exclusão social sobre o estado de saúde de afrodescendentes. O ativismo das mulheres negras na área da saúde no Brasil resultou, inicialmente, de preocupações sobre os direitos reprodutivos das mulheres afrodescendentes e mais tarde começou a abordar uma variedade de problemas de saúde, tanto para mulheres negras como da comunidade negra em geral. (CALDWELL, 2014, p. 91).

Frente a situações de racismo, o adoecimento, em alguma instância se estabelece. A dispersão africana produziu um sentimento gregário expresso naquilo que se tornaram os aglomerados urbanos, rurais, os quilombos e outros tantos espaços em que coletividades educam sobre o viver e não apenas sobreviver.

No âmbito da educação, mais especificamente, da Educação Infantil, um dos trabalhos¹⁰ apresentados questiona a maneira como/se, exclusivamente, professoras negras se posicionam, profissionalmente, em relação às questões étnico-raciais presentes nessa modalidade de ensino. Para tanto, observa-se a constituição identitária dessas professoras de modo a se compreender se estas produzem práticas engendradas no combate ao racismo nos primeiros anos de socialização escolar, a educação infantil.

Dias (2015, p. 590-591) afirma que

9 Referente ao trabalho, submetido ao simpósio, intitulado *Loucura tem Cor: o impacto do racismo estrutural na produção de adoecimento mental da mulher negra*, de autoria de Viviane Costa Rodrigues.

10 Referente ao trabalho, submetido ao simpósio, intitulado *Professoras Negras e o Racismo na Educação Infantil*, de autoria de Carolina Barcelos.

[...] a creche também é lugar para a promoção da igualdade étnico-racial. Do zero aos seis anos, trabalhar com a educação das relações étnico-raciais tem dimensões muito particulares porque as crianças se encontram de modo mais perceptível numa etapa na qual predomina o pensamento mágico. [...] as crianças precisam de um amplo repertório para se inventarem seus seres mágicos e se reinventarem [...].

Na Educação Infantil, não apenas as crianças se reinventam, a docência é um lugar em que professores/as são convidados/as, a todo momento, para se rever e reconduzirem seus lugares de ensinanças e aprendizagens a lugares mais humanizados. O racismo é desumanizador de tempos e espaços cuja socialização inicial requereria abundância em afetos, bem querer, aproximações que não devem ser interdidas pelas diferenças, principalmente, de cor de pele.

Nesse sentido, em fase inicial de construção, a proposta revisita processos de construção dessa docência negra com base no quanto ser mulher e negra desencadeia, nelas mesmas, olhares mais atentos a si e à profissão, cujas marcas de suas experiências estão presentes.

Por fim, resta vislumbrar, frente a essa diversidade de produções que partem de mulheres pesquisadores e dialogam com diferentes jeitos de viver as feminilidades em questão, que o espaço do acadêmico é o espaço do corpo político e feminino que aponta para um horizonte em que epistemologias femininas irão não apenas disputar lugares de intelectualidade, mas, sim, que a intelectualidade presente nos fazeres outros, irrestritos à escrita, será decisiva no enfrentamento ao acirramento, ao extremismo do conservadorismo, xenofobia, racismo e patriarcado. Enfim, dos agenciamentos coloniais que assombram o mundo e esses mundos tão resistentes que são aqueles que produzem estas fortalezas de mulheres dos campos, das águas, das florestas, das cidades e de todos os lugares.

Referências

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 2016.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, 08 fev. 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 07 out. 2019.

CALDWELL, Kia Lilly. A militância de mulheres negras e o desenvolvimento do campo de saúde da população negra no Brasil. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Nandyala, 2014. p. 91-105.

DIAS, Lucimar. Considerações para uma educação que promova a igualdade étnico-racial das crianças na creche e pré-escola. Dossiê Infância e Relações Étnico-Raciais. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 567-595, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negras, mascaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GALINDO, Maria. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoria y propuesta de la despatriarcalización*. La Paz: Mujeres Creando, s. d.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicos do longo do século XVI. Decolonialidade e Perspectiva Negra. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-50, jan./abr. 2016.

LAUDERDALE GRAHAM, Sandra. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (Org.). *Decolonialidade Negra e Pensamento Afro-Diaspórico*. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2018, p. 27 a 54.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. 2. ed. Paris: n-1 Edições, 2018.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. *Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latino-americanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional*. 2012. Disponível em: <http://seminariodefeminismoenuestroamericano.blogspot.com.br/2015/04/pdf-tejiendo-de-otro-modo-feminismo.html> Acesso em: 04 out. 2019.

NUNES, Georgina Helena Lima. Ser mulher, sul mulher: “a gente tem que fazer vento”. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Nandyala, 2014, p.179 a 204.

NUNES, Georgina Helena Lima. Cartografias do Sul e pedagogias para uma educação escolar quilombola. In: NUNES, Georgina Helena Lima; SOUZA, Edileuza Penha de; MELO, Wilivane Ferreira de. *Memória, Territorialidade e Experiência de Educação Escolar Quilombola*. Pelotas: Ed. UFPel, 2016, p. 159 a 180.

NUNES, Georgina Helena Lima; SOUZA, Edileuza Penha de; MELO, Wilivane Ferreira de. *Memória, Territorialidade e Experiência de Educação Escolar Quilombola*. Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84 a 130.

SANTOS, Ana Santos; LEME, Ana Terra; VILAS, Paula Cristina Vilas (Org.). *Entrama, a história do beija-flor coroadado*. Brasília: LGE Editora, 2006.

SOUZA, Edileuza Penha de; NUNES, Georgina Helena Lima; MELO, Wilivane Ferreira de. Quilombo, memória e territorialidade. In: NUNES, Georgina Helena Lima; SOUZA, Edileuza Penha de; MELO, Wilivane Ferreira de. *Memória, Territorialidade e Experiência de Educação Escolar Quilombola*. Pelotas: Ed. UFPel, 2016, p. 20 a 37.

Recebido em setembro de 2019.

Aprovado em outubro de 2019.

Revista
Diversidade
e Educação